

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0011129-94.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários**
Requerente: **VANIR DA SILVA**
Requerido: **Crefisa S/A Credito, Financiamento e Investimentos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que no ano de 2014 celebrou contrato de empréstimo com a ré e que, passado algum tempo, em março de 2015 recebeu ligação da mesma solicitando seu comparecimento no escritório dela.

Alegou ainda que ao fazê-lo uma funcionária da ré exigiu que realizasse outro empréstimo para quitar o anterior, tendo assinado alguns papéis se saber ao que se referiam.

Salientou que desde então a ré passou a descontar valores de sua conta sem justificativa, ressaltando que não reconhece o segundo contrato antes mencionado, até porque a ré nada depositou em sua conta a esse respeito.

Impugnou, outrossim, descontos que sofreu, além de referir à abusividade na taxa de juros praticada pela ré.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

As preliminares arguidas pela ré em contestação não merecem acolhimento.

Com efeito, o relato exordial é suficientemente claro para extrair o que deseja a autora, tanto que rendeu ensejo a substancial defesa por parte da ré.

Não se pode olvidar, igualmente, que a autora não está representada por Advogado.

Já a realização de perícia é prescindível para a solução do litígio, como adiante se verá.

Rejeito, pois, as prejudiciais suscitadas.

No mérito, refuta a autora um segundo empréstimo firmado com a ré, tendo em vista que teria sido coagida a contrai-lo sem que houvesse em sua conta qualquer depósito a esse título.

Quanto ao primeiro aspecto, nada há nos autos para fazer supor que de alguma maneira a autora tivesse sido obrigada a realizar o empréstimo que refutou.

Quanto ao segundo, as alegações iniciais são contrariadas pela prova documental amealhada aos autos.

Isso porque a ré na peça de resistência deixou claro que o segundo empréstimo trazido à colação teve por finalidade a quitação integral do anterior, tendo depositado a ela o valor remanescente no importe de R\$ 137,10 (fl. 44, segundo parágrafo).

O argumento foi corroborado pelo documento de fl. 109, enquanto o de fl. 21, fornecido pela própria autora, dá conta de um depósito em sua conta bancária no dia 23/03/2015 (data do empréstimo questionado – fls. 11/13) precisamente no importe de R\$ 137,10.

Instada a pronunciar-se especificamente sobre o mencionado depósito, a autora ressaltou que não teve ciência do mesmo e que a ré fez verdadeira "bagunça" em sua conta (fls. 133/134).

O quadro delineado conduz à convicção de que a postulação vestibular não prospera.

Além de inexistir sequer indício que denotasse algum vício de consentimento da autora ao contratar com a ré um segundo empréstimo, ficou claro que esta cumpriu as obrigações então assumidas, não se entrevendo na transação qualquer irregularidade.

Quanto à abusividade da taxa de juros cobrada, em momento algum a autora declinou com a indispensável segurança em que medida isso teria sucedido.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Seria de rigor que ao menos em tese se positivasse o excesso atribuído à ré, o que todavia não se deu.

Da mesma forma, não há nos autos base mínima para levar à ideia de que os descontos promovidos pela ré seriam indevidos.

Em suma, os fatos constitutivos do direito da autora não se patentearam em momento algum.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 28 de março de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA